

## OS DONOS DA MEMÓRIA

Prof. Dr. Cláudio do Carmo Gonçalves  
UNIG

Na tradição intelectual brasileira emerge uma apropriação sutil que assegura aos seus detentores a prevalência pelo poder simbólico nas instâncias da cultura. Trata-se da apropriação da memória, que constitui em si um embate menos rigoroso no estabelecimento das narrativas culturais do país.

A condição intelectual na tradição brasileira constitui aspecto crucial no embate assecuratório das memórias, isto porque é este intelectual que tem a prerrogativa de espelhar a instância do imaginário como realização concreta que leia o país. É este intelectual que ficcionaliza e se vale da memória como artifício na construção da nação, pois *é na fantasia, no imaginário que muitas vezes se revela a nação em detrimento da história*.

O texto da memória coletiva é prestigiado como capital simbólico, pois conjuga condições aparentes de dramatização que rivalizam com as estratégias tradicionais de poder. Desta forma, a memória informa um fenômeno de caráter coletivo no terreno do imaginário e, sobretudo, por sua capacidade de instrumentalizar formas de atuação através dos seus usos.

Neste sentido, à função intelectual caberá certa fundação de país que se constituirá a partir do canon simbólico, legando quadros arbitrários à realidade profundamente legíveis.

Cabe, então, mapear que intelectualidade é esta que detém a chave do simbólico, que luta para ser dona da memória e que negocia como condição de legitimação.

Ao pensarmos a apropriação da memória como um artifício na arqueologia das sociedades, identificamos a importância que lhe é facultada, o que faz com que sua detenção seja objeto de grupos ou segmentos no sentido de estabelecer ou manter hegemonias.

Note-se que a organização de narrativas é fundamental na articulação memorialística. Uma narrativa definida empresta um sentido coerente as suas intenções, mesmo que não as tenha. Pelo contrário, a dispersão narrativa tem sido um dos obstáculos à emergência de segmentos excluídos da sociedade.

Assim, as narrativas legitimadoras são aspectos articuladores da memória e constituem percepções invisíveis do estrato social.

O papel da função intelectual na apreensão de certa memória se torna antes uma questão de vitalidade e legitimação que propriamente uma detenção de embate em face de outras memórias, especialmente àquela assegurada pelo poder tradicional. Neste sentido, cabe destacar a construção do imaginário intelectual nas primeiras décadas deste século e salientar sua relação constitutiva com a memória.

O termo intelectual ( do latim *intellectuale*) relaciona-se à capacidade do homem de utilizar a mente, o intelecto predominantemente na atividade laborial. As atividades relacionadas à função intelectual são há muito distintas, resultando uma especialização de aspectos notórios que lhe emprestam certa legitimidade no conjunto do quadro social desde muitos tempo. O trabalho manual sempre fora notado no mundo ocidental como detrimento específico do trabalho intelectual, o que confere a este uma posição privilegiada na percepção imaginária da sociedade. Mesmo nos povos mais primitivos a figura do intelectual representa a detenção de um poder simbólico de caráter ascendente sobre os demais.

Se a função intelectual é visível desde os primeiros grupos sociais, o termo, no entanto, não se afirma absoluto. Somente há cerca de um século o termo intelectual é aceito de maneira mais ampla, ao que tudo indica a partir do célebre manifesto dos intelectuais de França redigido por Émile Zola, *j'accuse*. Neste ficaria patente o papel de vanguarda exercido por aqueles que pensam o mundo e a sociedade, e suas responsabilidades diante dos mesmos.

No entanto, se a distinção do papel intelectual parece ser óbvia, sobretudo a partir de sua função moderna inaugurada com os franceses, há de se destacar o proporcional conflito conceitual advindo com esta instauração. Pois, se o papel de sujeitos históricos que lidam com idéias distingue, na essência, a natureza intelectual, este fator *per si* não determina que o ser histórico que lida com a idéia seja em espécie intelectual.

Para que isto ocorra, antes de tudo, é necessário seu desempenho intelectual produtor, distinto da mera oposição ao manual.

É neste sentido que os intelectuais constituem aquela camada orgânica da sociedade a que aspiram vários segmentos. Pois representam um poder simbólico destituído de armas e força, mas com semelhante eficácia. Assim, a relação entre intelectuais e poder representa a luta entre duas diferentes formas de poder: o poder físico exercido pela política tradicional, e o poder psicológico por intermédio de suas obras em forma de persuasão e não a ordinária coação.<sup>1</sup>

O chamado *homem de letras* que representa a função intelectual traduzida no exercício literário e instrumentalização de vanguarda é a parte visível mais moderna da conotação intelectual.

À partir da figura clássica do homem de letras que vigora com intensidade, faz-se necessária a distinção de um certo desvio que, a rigor, informa um desvirtuamento assegurado pela diluição dos rigores outrora essenciais na criterização da função intelectual. Tal desvirtuamento se configura num tipo específico que se vale de pseudo trabalho intelectual para se manter e legitimar as ações por ele atestadas. É o que PORTELLA<sup>2</sup> chamou de intelectualismo ou certo desvio decorativo da cultura. Junte-se a isto certa camaradagem no trato

---

<sup>1</sup> BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997.

<sup>2</sup> PORTELLA, Eduardo. *O intelectaul e o poder*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, p.23.

das mediações culturais, que acabam por interferir nos espaços através de uma bem-sucedida estratégia de afinidades eletivas.

A cultura do século XX se vale da grande influência do homem de letras. Influência esta assegurada por instâncias necessárias à legitimação. Até os anos 20 predomina um quadro em que o homem de letras sedimenta sua visceral condição intelectual através do bacharelado em Direito anterior ou paralelo à edição de suas obras. Com a instauração da *tradição* modernista a partir dos anos 20 e sobretudo na década de 30 há o vínculo majoritário com o Estado que, a rigor jamais desaparecera. É a ética administrativa e de curriculum servida pelo Estado de que nos fala FAORO<sup>3</sup>

O quadro das duas primeiras décadas revela o jogo de interesses informado pelo capital social/familiar. Tornara-se impossível a não-convivência da experiência das letras com a manifestação política, o que consolidaria uma carreira bem-sucedida, de heranças e legados. O viés forçoso deveria obedecer a três passos decisivos: a formação em Direito - o chamado bacharel - a escritura de alguns livros e finalmente o ingresso na carreira pública.

Torna-se evidente a posição de articulação que movia os interesses e políticas locais e nacionais. Enquanto a partir do Modernismo o movimento é do homem de letras buscar eco na vida pública, as duas primeiras décadas marcam o registro da República das Letras, onde a ressonância de um homem público se condiciona à escritura como mais uma etapa na sua herança social e política.

Assim, as letras lhe dariam certa legitimidade perante seus pares e as próprias classes subalternas.

---

<sup>3</sup> FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol 2, 10ª edição, São Paulo: 2000.

Se o intelectual define-se na função histórica de sujeito social , ou para sermos mais adequados, à função que ele exerce num tipo de civilização dada ou num tipo de produção dada, a lógica que prevalece naquelas primeiras décadas é perfeitamente verossímil, pois trata-se , a rigor, da lógica do capital social em nome da razão hegemônica.

O prestígio de intelectuais era o passaporte para a instrução civilizatória. Por meio de uma erudição profana, estes intelectuais dominavam a cena se aliando a detentores do poder instituído. Aliás, estes se originam da mesma raiz, a qual o capital familiar é a senha para a progressão social e política.

Gustavo Barroso se vale da estratégia comum à intelectualidade pré-modernista. Vindo de família tradicional, porém decadente do nordeste, consegue se estabelecer no círculo dirigente do Rio de Janeiro, estratégia esta que culminaria com as várias posições de destaque nos mais diversos postos da administração pública, inclusive exercendo missões diplomáticas. Exerce um papel de destaque no período que só viria perder em prestígio para os clássicos das primeiras horas oriundos da Academia Brasileira de Letras.

A conjuntura assegura aos intelectuais a colocação no ambiente de poder da classe dirigente, mediante o vínculo maior ou menor de suas famílias com os detentores do poder. A proximidade, aliás, em maior ou menor grau, desencadearia o processo de prestígio desfrutado na teia das relações sociais.

No campo das letras não era sem propósito a relação que se estabelecia. Os intelectuais de berço davam continuidade a uma tradição de produção voltada para um variado conjunto de obra. A despeito do que se poderia supor, as obras destes intelectuais polígrafos da qual Gustavo Barroso é um exemplo nítido, não se restringem a seus pares. Elas alcançam níveis de vendagem notáveis com várias edições sucessivas.

Gustavo Barroso desfruta de invejável prestígio na República velha, graças as colaborações à imprensa, notadamente à revista Fon-Fon, da qual foi diretor a partir de 1916, e às diversas conferências que realiza tematizando o folclore, a guerra, a língua, enfim, uma gama de erudição mundana que abarcava todos os setores da cultura literária e não literária, indo da escrita de enlevo as caricaturas e desenhos, o que lhe afirmava como grande destaque das letras no período. A contingência do período produz um conjunto de obras sob o título de memórias. Os polígrafos, mais uma vez, são os grandes detentores desta expressão.

O aparecimento da memória como gênero literário neste momento pode ser relacionado à capacidade de autorização destes intelectuais, que buscam através de suas experiências pessoais configurar o modelo necessário à instrução da nação, o mito fundacional. Note-se que não se distingue a vida literária ou intelectual, da vida social e política. A extensão se fazia nítida.

A *quase-ficção*, expressa através da memória como gênero impuro, se realiza em consonância com os aspectos ideológicos. Não é sem propósito que o tom opinativo se misture, embora dentro de uma perspectiva romanceada, ao próprio tom confessional que caracteriza as memórias.

As memórias encerram o intuito maior de testemunho de uma época e documento histórico, destarte confere um status intelectual sobremaneira a seus autores, pois evidenciam toda uma trajetória ligada ao poder institucional. Desta maneira, a memória pessoal se relaciona à memória coletiva e, nesse sentido, com todo o imaginário ideológico que se possa entrever.

Se o homem de letras neste momento está imbuído através de sua reputação em articular a defesa de seus pares, que configuram a classe dominante, não é menos verdade, que esta defesa se instrumentaliza através da receita de um *modus vivendi*, em que o imaginário coletivo e subalterno possa se espelhar.

Ao mesmo tempo que se constrói esse imaginário assentado na memória glorificadora, solidifica-se a instrumentalização desta herança através da intermediação da elite. E o papel do homem de letras neste momento revela-se na legitimidade que irá conferir às narrativas de memória, as quais fazem o elo do subjetivo ao coletivo, fim maior da elite escriba.

A reconstituição pessoal nada mais é que o pretexto, a título de se mostrar a trajetória exemplar, para se inscrever como personagem fundamental nos destinos da nação. Assim, toda a visão política e social está condicionada às interferências óbvias que se atribuem estes *memorialistas oficiais*.

As elites contribuía, desta forma, para a sua representação máxima nos “lugares memória”. A lógica desta representação se dá em níveis de absoluta hierarquia. Através de seus nomes, públicos, deveria se expor objetos, relíquias que cultuassem o passado de glórias e assim cada vez mais sintetizar o aspecto de identidade nacional.

Como uma forma invisível que aquece e mantém o jogo de poder, as estratégias repousadas no capital social servem de possibilidades legitimadoras na condução política e se valem da memória institucional como narrativas privilegiadas nesta legitimação. Ao que perece, o inócuo lugar destinado à *República das Letras*, ou às famílias tradicionais decadentes e políticos de segunda classe, longe de reafirmar uma representação *tout court* estabelecem formas definitivas e pouco nítidas de instaurações discursivas, inauguram territórios de representação na tradição intelectual brasileira.